

# 1

## Apresentação

### 1.1

#### Apresentação do tema

A pesquisa investiga *os elementos do colonialismo brasileiro que ainda ecoam em nossas instituições políticas e a relação destes elementos com a forma estrutural de opressão patriarcal e colonial da mulher*. Pretendi captar, na literatura disponível, qual a relação entre gênero e política no Brasil. Não se trata de uma pesquisa historiográfica, que se utiliza de fontes primárias, mas sim de uma pesquisa de teoria política que, através de fontes secundárias, procura refletir sobre a imbricação entre a forma de poder que é o patriarcado e o poder político no seio das relações sociais e do Estado, no contexto específico da formação da sociedade brasileira.

### 1.2

#### Pertinência à linha de pesquisa

A linha de pesquisa em que a dissertação se insere é a denominada “Ética, Dignidade Humana e Construção da Subjetividade”, que é crítica das cisões e dualismos em que se fundou o pensamento moderno<sup>1</sup>. Segundo Carlos Alberto Plastino (2003 e 2006<sup>2</sup>), o dualismo “matricial” que organiza o paradigma

---

<sup>1</sup> Como será visto, ao se tratar da pertinência à linha de pesquisa e das questões epistemológicas, a referência à modernidade será uma constante. É que o Brasil é integrante e fruto da modernidade, ainda que com peculiaridades de periferia – de acordo com Darcy Ribeiro (2006, p. 105, 23), peculiaridades que fazem resultar uma “sociedade totalmente nova”. Ainda assim, somos modernos, exatamente porque fomos colonizados pela Europa. Conforme afirma Boaventura de Sousa Santos (2008), o colonialismo, responsável por nos inserir à margem, é relação estruturante da própria modernidade, sendo que ambas as noções são mutuamente dependentes. Tal imbricação se reflete não somente na economia e na política, mas também nas relações de gênero.

<sup>2</sup> Plastino apresenta tais reflexões no contexto da discussão sobre a forma de percepção da natureza a partir da psicanálise, desde Freud (em cuja teoria a impossibilidade de controle total da natureza resultaria até mesmo na segunda fonte do sofrimento inafastável do ser humano) a Donald Winnicott, que, diferentemente do primeiro, sustentou uma perspectiva vitalista, na qual a

moderno é aquele entre natureza e cultura. De acordo com ele, na modernidade o ser humano “deixou de ser visto como integrado à natureza”, associando-a com o corpo e a cultura com a consciência. O ser humano passou a perceber-se separado dela, em uma relação tanto de oposição quanto de dominação – sendo a natureza vista a partir de uma metáfora de máquina, sujeitada, portanto, à vontade e aos desígnios do homem, constando mesmo como um dos fins do projeto da modernidade a sua dominação *completa*. A questão é que a natureza e o feminino são figuras milenarmente atreladas e, em um contexto mais específico, como será melhor trabalhado adiante, o dualismo entre natureza e cultura correspondeu, respectivamente, ao feminino e ao masculino, à América a ser colonizada e à Europa colonizadora. Neste sentido, é exatamente em uma contraposição ao dualismo natureza e cultura / masculino e feminino como noções naturais, absolutas, excludentes e em relação de dominação que esta pesquisa se situa. Como se verá, a redução da mulher ao seu corpo, e a sua associação com a natureza, a terra e o ser colonizado é o elemento que informará não só o papel atribuído ao elemento feminino no Brasil colônia, como também muitas das relações políticas decorrentes.

A linha de pesquisa, ademais, se propõe a pensar a consequência da forma de construção da subjetividade para a teoria política. Em outras palavras, essa linha de pesquisa visa a problematizar a teoria política moderna “à luz do saber produzido pela psicologia profunda nas suas várias vertentes”. A “psicologia profunda”, de acordo com Plastino (2003), é a maneira pela qual Freud se referia à psicanálise, e também é a denominação da psicologia analítica de Jung. De acordo com aquele autor, a partir da psicologia profunda se percebe que os sentidos que produzem a subjetividade emergem de “experiências arcaicas, nas quais não é possível postular nenhuma intervenção da consciência”, tampouco da linguagem, com a predominância de fatores afetivos. Significa dizer que as modalidades de apreensão do inconsciente não são mediadas e que os impactos do real são diretamente apreendidos. A maior parte dos desenvolvimentos feministas, nas mais variadas áreas – incluindo a saúde, a economia e a política – é permeada pelos desenvolvimentos teóricos ligados à psicologia profunda, ainda que de

---

Natureza seria pensada como um ser vivo e complexo – o que foi completamente excluído da perspectiva hegemônica da modernidade.

forma indireta<sup>3</sup>. Isso porque a construção do feminino e do masculino e as relações de poder entre os gêneros são produzidas e introjetadas a partir de relações muito íntimas e apreendidas pelo inconsciente desde os períodos mais remotos da vida de cada pessoa, de forma não mediada. Além disso, as formas de percepção da mulher (que, no Brasil colônia, por exemplo, se revelaram na conexão da mulher com o mistério e com o perigo, o que levou a e justificou um processo de controle, ou ainda a identificação da mulher com um objeto) são relacionadas a tais processos relevados pela psicologia profunda. A presente pesquisa, a partir de trabalhos interdisciplinares, ligados à sociologia, à antropologia e à psicologia, que descrevem e denunciam a construção do feminino e do masculino na sociedade patriarcal, tratados na introdução da dissertação, pretende evidenciar ligações entre formas de violências gendradas muito relacionadas à subjetividade à sexualidade, e suas conseqüências para o estabelecimento do público e do privado no Brasil. A articulação que se pretende investigar, portanto, é coerente com a proposta da linha de pesquisa, ainda que a atual reflexão seja mais focada nas nossas peculiaridades de periferia (ainda que sejamos resultantes e integrantes da modernidade) do que nas discussões de teoria política mais propriamente modernas.

### 1.3

#### **Pontos de partida provisórios**

Adoto três pontos de partida epistemológicos, os quais, ainda que provisórios, auxiliarão a guiar o caminho percorrido na investigação. Não se trata de caminhos absolutos, mas antes de ferramentas úteis à presente investigação.

O primeiro ponto de partida é o gênero como categoria útil para a reflexão sobre a política e o poder. Para Joan Scott (1995), professora de Ciências Sociais no Instituto para Estudos Avançados de Princeton, o gênero não diz respeito

---

<sup>3</sup> É difícil encontrar uma coerência estrita nos desenvolvimentos teóricos de Freud sobre a mulher – ele se mostra contraditório, variando de momentos misóginos, não pensando a mulher em seus próprios termos, mas a partir das categorias pensadas para o desenvolvimento masculino, que seria o normal, o padrão (Freud, 1924 e 1931), até momentos de *insights* profundos sobre o desenvolvimento feminino (Muraro, 2002). Além de ter sido o primeiro autor a valorizar a intimidade como algo digno de estudo, Freud contribuiu tanto para pesquisas que reforçaram estigmas (pejorativos e falsos) em relação às mulheres, quanto para o embasamento de revolucionárias pesquisas feministas – a respeito, ver Forrester e Appignaesi (1992).

apenas a temas como as mulheres, as crianças, as famílias e as ideologias de gênero, a domínios das relações entre os sexos. Ora, “a guerra, a diplomacia e a alta política têm explicitamente a ver com essas relações”, por isso a categoria de gênero não pode ficar irrelevante para a reflexão do poder político e do poder<sup>4</sup>.

“O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. Ele se refere à oposição homem/mulher e fundamenta ao mesmo tempo o seu sentido. Para reivindicar o poder político, a referência tem que parecer segura e fixa, fora de qualquer construção humana, fazendo parte da ordem natural ou divina. Desta forma, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se, ambos, partes do sentido do próprio poder. Colocar em questão ou mudar um aspecto ameaça o sistema por inteiro.”

Ainda que defenda aquela perspectiva, do gênero como categoria útil para a análise histórica e para a análise das relações de política macro, Scott (1995) afirma que tal categoria não tem ainda força suficiente para interrogar os paradigmas históricos vigentes, porque os pesquisadores não exploraram a perspectiva de estudo em questão. Estudar o gênero relacionado à política é, para Scott, “um território praticamente inexplorável”, porque “o gênero foi percebido como uma categoria antitética aos negócios sérios da verdadeira política” e também porque “foi o bastião da resistência à inclusão de materiais ou de questões sobre as mulheres e o gênero”.

O mesmo se pode dizer em relação ao objeto específico da presente dissertação. A relação da política colonial com a forma de exploração das mulheres e suas conseqüências para a formação das instituições políticas mais amplas, ainda que muito mencionada pelos intérpretes do Brasil, não teve tratamento sistemático. Trata-se de campo pouco explorado, sendo que a dissertação pretende dar alguns passos neste sentido.

O segundo ponto de partida é o da epistemologia feminista como metodologia alternativa, da forma como enunciado por Fernandez (2008, p. 48-

---

<sup>4</sup> Segundo Lucila Scavone (2008, p. 180), “a historiadora Joan W. Scott introduz o conceito de gênero na História com o seu famoso artigo ‘Gender a Useful Category of Historical Analysis’, publicado em 1986 na *American Historical Review* e traduzido em 1990 no Brasil”, explicando que Scott, ao “propor o uso da categoria Gênero para a análise histórica – e, por decorrência, para as Ciências Sociais –, pretende compreender e explicar significativamente o caráter relacional, transversal e variável dessa categoria analítica. Gênero é uma categoria de análise histórica, cultural e política, e expressa relações de poder, o que possibilita utilizá-la em termos de diferentes sistemas de gênero e na relação desses com outras categorias, como raça, classe ou etnia, e, também, levar em conta a possibilidade da mudança”.

50). Baseada em Hugh Lacey<sup>5</sup> e em Julie Nelson<sup>6</sup>, afirma uma proposta epistemológica com base na crítica feminista, colocando como objetivo fundamental da investigação científica o entendimento cada vez mais amplo e pleno dos fenômenos, de modo que se possam preservar a racionalidade e a objetividade, mas também introduzir elementos não cognitivos na metodologia. Preconiza uma *pluralidade de estratégias da investigação científica*, por meio de uma multiplicidade de abordagens – raciocínio por analogia, por metáforas, pelo reconhecimento de padrões e pela imaginação.

Neste sentido, Plastino sustenta que é necessário postular formas de produção/apreensão do conhecimento que não a hegemônica da modernidade, em modalidades intersubjetivas, que “operam por compreensão” e que se caracterizam “particularmente pela participação da subjetividade de seu autor no processo de conhecimento e no seu resultado”. Através exatamente destas modalidades é que se procura articular tais questões com a compreensão, ainda que parcial, de processos políticos como o patrimonialismo no Brasil – o que não poderá se realizar dentro de cânones cartesianos de investigação<sup>7</sup>, mas antes com outras estratégias de abordagem do fenômeno, como a analogia<sup>8</sup> e a comunicação de discursos, contando, inevitavelmente, com uma alta dose de subjetividade – o que, novamente de acordo com Plastino, não invalida “a pertinência dos conhecimentos assim produzidos”. Exatamente devido a esta pluralidade de estratégias é que esta pesquisa se constitui em um ensaio.

Aqui entra o terceiro ponto de partida. Boaventura de Sousa Santos (1997, p. 272 e ss) concebe as sociedades capitalistas como constelações políticas/jurídicas/epistemológicas constituídas por seis modos básicos de produção de poder/do direito/do conhecimento que geram formas de poder/direito/conhecimento inter-relacionadas, porém autônomas. Os seis espaços

---

<sup>5</sup> LACEY, Hugh. As formas na quais as ciências são e não são livres de valores. *Crítica*. Vol. 6, n. 21, 2003.

<sup>6</sup> NELSON, Julie. The study of choice or the study of provisioning? Gender and the definition of the economics. In: FERBER, Marianne e NELSON, Julie. *Beyond economic man: feminist theory and economics*. Chicago: University of Chicado Press, 1996. p. 23-36.

<sup>7</sup> Os preceitos da investigação cartesiana são: nunca aceitar algo como verdadeiro até que se o conheça como tal; repartir o objeto em tantas parcelas quanto forem necessárias; iniciar a investigação dos objetos mais simples e progredir ao mais complexo; efetuar relações metódicas e revisões (Descartes, 1999, p. 49-50).

<sup>8</sup> A analogia será utilizada, por exemplo, quando se tratar da associação da terra com a mulher e subsequentemente com o perigo, o mistério e o mal, ou da sobreposição de agentes na figura do senhor patrimonial.

estruturais são os seguintes: doméstico, da produção, de mercado, da comunidade, da cidadania e mundial. Isso significa que a *regulação*<sup>9</sup> não se dá apenas de uma forma, mas opera em rede: formas de poder, de conhecimento e de direito articuladas. Em decorrência disso, tem-se que as propostas de *emancipação* ou de crítica teórica têm que operar também na comunicação entre as formas de saber, poder e direito. É o que pretendo fazer, combinando o eixo doméstico com o eixo da cidadania, o qual engloba o Estado-nação. Essa chave de análise proposta por Boaventura se articula às suas novas proposições, ligadas a um pós-colonialismo de oposição (Santos, 2008, p. 242)<sup>10</sup>, que privilegia a análise do colonialismo e das práticas coloniais ainda vigentes – precisamente como o patrimonialismo entre nós. Para Boaventura, o colonialismo é uma das relações de poder desigual estruturantes do capitalismo moderno e do próprio desenvolvimento da noção de modernidade, ao mesmo tempo em que é fundante da *periferia* (na qual nos inserimos), de modo que se pode concluir que ambas as noções estão imbricadas<sup>11</sup>. Boaventura, ademais, apresenta a relação colonial como uma das relações de poder desigual fundantes, mas não a única – dentre elas, a de classe, a de raça e a de gênero (sexismo, da forma como denominada pelo autor), exatamente a que é objeto desse estudo.

---

<sup>9</sup> Boaventura (1997, p. 78-81) sustenta que a modernidade ocidental se constitui na base de duas epistemologias: o conhecimento-regulação e o conhecimento-emancipação. Para o primeiro, o saber é ordem e a ignorância, caos. Para o segundo, o saber é cooperação e a ignorância, colonialismo. A modernidade ocidental, reguladora, reduziu as possibilidades de emancipação às compatíveis com o capitalismo, e o conhecimento-regulação, ao adquirir total preponderância, neutralizou o conhecimento-emancipação. Dessa forma é que a ciência moderna assumiu uma completa preponderância, tomando para si o papel de designadora do conhecimento válido, e marginalizou todas as outras formas de conhecimento.

<sup>10</sup> Boaventura de Sousa Santos (2008, p. 38, 233-4) identifica duas acepções principais de pós-colonialismo. A primeira se refere ao período histórico que seguiu a independência das colônias, representando um conjunto de análises sócio-econômicas, sociológicas e políticas sobre os novos Estados e sua inserção no sistema mundial, e a segunda é a de “um conjunto de práticas (predominantemente performativas) e de discursos que desconstruem a narrativa colonial, escrita pelo colonizador, e procuram substituí-la por narrativas escritas do ponto de vista do colonizado”, num recorte culturalista, reclamando os silêncios das análises da primeira acepção. Boaventura se reporta a essa segunda concepção, mas preconizando um pós-colonialismo de oposição, porque foca não só nas práticas simbólicas, mas também nas relações materiais. Essa concepção me parece coerente e útil. Isso porque as práticas coloniais a que fomos submetidos decorrem das relações materiais: da forma como foi encarado o território hoje brasileiro, da forma como foi organizado o trabalho, de práticas sociais concretas como a exploração sexual. Disso, se extrai que as dimensões sociais e simbólicas não podem ser lidas distanciadas da materialidade.

<sup>11</sup> O Brasil se forma, na síntese de Werneck Vianna (1999) – o que será visto adiante – como resultado e ao mesmo tempo integrante do ocidente, combinando a arquitetura moderna do Estado com instituições patrimonialistas, imbricação esta que se repete ao longo de nossa história.

## 1.4

### Metodologia

A pesquisa se deu por meio da leitura bibliográfica. O ponto de partida foram os pensadores que tratam de entender a formação brasileira. A escolha da tríade dos clássicos de Caio Prado Junior, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, respectivamente, *Formação do Brasil Contemporâneo*, *Casa Grande & Senzala* e *Raízes do Brasil* – se deu a partir de três leituras.

As primeiras são as das obras de Del Priore (1993 e 2000) e Saffioti<sup>12</sup> (1979), pesquisadoras que escrevem sobre a história da mulher no Brasil. A primeira, historiadora; a segunda, socióloga. Ambas citam em seus trabalhos as mencionadas obras de Caio Prado e Gilberto Freyre, sendo que nenhuma delas contesta as teses dos referidos autores. Mary Del Priori, ainda que tenha como desejo maior falar das formas de resistência e de solidariedade que as mulheres no Brasil colonial buscaram contra a violência e a solidão (que não é o foco da presente dissertação), de modo geral referenda a visão de que existia uma situação de exploração, opressão e vilipêndio da dignidade sofrida pelas mulheres, descrita por Gilberto Freyre e Caio Prado<sup>13</sup> (especialmente Del Priore, 2000, p. 21).

A terceira leitura é a razão pela qual agreguei Sérgio Buarque de Holanda. Trata-se do texto de Francisco de Oliveira (2003-II, p. 445 e 461), segundo o qual a tríade mencionada tem uma tradição definitiva e renovadora do pensamento social brasileiro. Segundo ele, é possível identificar a unificação de um campo de reflexão sobre a sociedade brasileira que emana do diálogo entre as três obras, que desenharam e explicaram exatamente as características que me interessam discutir na presente pesquisa, ou seja, o que se refere no Brasil

“ao patriarcalismo, ao patrimonialismo, à mentalidade colonial, aos hábitos privados projetados na esfera pública, à dominação oligárquica, ao racismo, à

---

<sup>12</sup> Saffioti tem seu estudo focado nas relações de trabalho, a partir do marxismo. Não obstante a importância do tema e da perspectiva de análise, este não é o foco da presente dissertação, motivo pelo qual não aproveite substancialmente o pensamento desta autora.

<sup>13</sup> A concordância da autora se dá não apenas em relação à situação de violência contra a mulher, mas também em relação ao contexto sócio-econômico da colônia, criada exclusivamente para atender às necessidades da metrópole: ao engenho açucareiro assentado no latifúndio monocultor e com trabalho escravo, junto com atividades complementares de plantação de produtos de subsistência, tabaco e algodão (Del Priore, 2000, p. 93).

arrogância, ao horror às normas, ao ‘jeitinho brasileiro’, ao clientelismo, presentes diariamente da vida privada e pública” (Oliveira, F., 2003-II, p. 445).

Importa também explicar o motivo de não me ter apoiado na obra de Raimundo Faoro, um dos maiores expoentes do pensamento sobre o patrimonialismo no Brasil. A razão é que este autor desconsidera a problemática do senhorio rural (Campante, 2003, p. 160). Um dos pilares desta pesquisa de dissertação é exatamente a noção de que o patriarcado rural teve grande influência para a formação das instituições políticas brasileiras, na esteira do que afirmam autores como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Caio Prado, Darcy Ribeiro e Guillermo O’Donnell.